

# Linhares Geração S/A

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2017**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do fluxo de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da**

**Linhares Geração S/A**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhares Geração S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linhares Geração S/A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Sociedade possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017, R\$ 334.047 mil, referentes aos investimentos sobre o direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. Independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), a Sociedade avalia anualmente o risco de impairment desses ativos, cuja realização está suportada por estimativas de recuperação, comparando o custo do ativo com seu valor recuperável, baseando-se em dados técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo, e que estão suportados por dados extraídos de fontes externas, como a taxa de câmbio, a taxa de inflação e a capacidade instalada por MegaWatts (MW) da usina, a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.</p> <p>Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperabilidade desse ativo, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Sociedade opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento sobre a avaliação e o desenho dos controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Avaliamos o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos, elaborados pela Sociedade, baseados na avaliação a valor de mercado do ativo imobilizado, para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo por meio de comparação do custo do ativo imobilizado com o valor recuperável. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência da análise utilizada, comparando com os dados obtidos de fontes externas. Avaliamos também a consistência das divulgações efetuadas pela Sociedade e efetuamos análise de sensibilidade que demonstra o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Sociedade.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ativos imobilizados preparado pela administração da sociedade, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo a análise de sensibilidade, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

## Ênfase - Reapresentação

Em 02 de março de 2018 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras da Linhares Geração S/A relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4.1, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para corrigir os valores das reservas de lucro e incentivos fiscais constituídos incorretamente durante o exercício, conforme descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

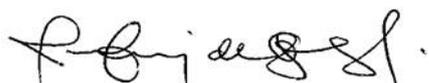
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel  
Contador CRC RJ-087339/O-4

# Linhares Geração S/A

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalente de caixa	6	21.132	5.473	Fornecedores	14	23.578	27.631
Títulos e Valores Mobiliários	7	-	9.387	Dividendos propostos		-	-
Clientes	8	56.088	47.211	Debêntures	15	27.042	24.692
Tributos a recuperar	9	1.069	4.107	Tributos a recolher		3.181	4.887
Estoques	10	24.250	21.759	Obrigações setoriais		4.420	5.850
Despesas antecipadas		634	718	Outros passivos		5.362	4.359
Serviços em Curso	11	7.854	9.498			<u>63.583</u>	<u>67.419</u>
Fornecedor		412	897				
Outros créditos		189	205	Não circulante			
		<u>111.628</u>	<u>99.255</u>	Debêntures	15	183.260	203.830
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.a	32.871	27.876
						<u>216.131</u>	<u>231.706</u>
Não circulante				Patrimônio líquido	17		
Despesas antecipadas		712	832	Capital social		110.558	110.558
Imobilizado	12	334.047	344.159	Reserva de capital		10.600	10.600
Intangível	13	3.753	3.864	Reservado lucro		24.874	12.760
		<u>338.512</u>	<u>348.855</u>	Reserva de Incentivos fiscais		24.394	15.067
						<u>170.426</u>	<u>148.985</u>
		<u>450.140</u>	<u>448.110</u>			<u>450.140</u>	<u>448.110</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Linhares Geração S/A

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Operações continuadas</b>			
Receita Líquida	18	350.025	296.266
Custos dos serviços prestados	19	<u>(257.740)</u>	<u>(224.150)</u>
<b>Lucro bruto</b>		92.285	72.116
Despesas gerais e administrativas	20	(5.722)	(4.477)
Outras receitas		<u>1.181</u>	<u>391</u>
<b>Resultado operacional</b>		<u>87.744</u>	<u>68.030</u>
Resultado Financeiro	21	<u>(21.293)</u>	<u>(30.286)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		66.451	37.744
Imposto de renda e contribuição social corrente	16.b	(8.303)	(4.519)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16.b	<u>(5.107)</u>	<u>(4.273)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>53.041</u>	<u>28.952</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# **Linhares Geração S/A**

## **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Resultado do exercício	53.041	28.952
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>53.041</u></u>	<u><u>28.952</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Linhares Geração S/A

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucro						Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucro	Subvenção para Incentivos Fiscais	Lucros Acumulados	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>3.639</u>	<u>17.720</u>	<u>10.763</u>	<u>-</u>	<u>153.280</u>
Pagamento de Retenção de lucros, conf RCA	-	-	-	(17.720)	-	-	(17.720)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.952	28.952
Transferencia de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	1.448	7.672	4.304	(13.424)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(15.528)	(15.528)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>5.087</u>	<u>7.673</u>	<u>15.067</u>	<u>-</u>	<u>148.985</u>
Pagamento de Retenção de lucros, conf RCA	-	-	-	(7.673)	-	-	(7.673)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.041	53.041
Constituição de reservas	-	-	2.652	17.135	9.327	(29.114)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(23.927)	(23.927)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>7.739</u>	<u>17.135</u>	<u>24.394</u>	<u>-</u>	<u>170.426</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Linhares Geração S/A

## Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	53.041	28.952
<b>(+) Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	14.236	13.098
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.107	4.273
Despesas de Juros de debêntures	15.242	16.396
Atualização Monetária de debentures	6.357	14.334
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	19	182
Rendimento de Aplicação Financeira	(410)	(1.633)
<b>(+) Variações nos ativos e passivos</b>		
Clientes	(8.877)	(8.544)
Estoque	(2.491)	8.365
Outros créditos	4.440	834
Fornecedores	(4.053)	5.066
Tributos e contribuições sociais a recolher	6.540	4.961
Outros passivos	(427)	2.025
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	88.724	88.309
IRPJ e CSLL pagos	(7.411)	(2.138)
Juros pagos das debêntures	(15.411)	(16.446)
<b>Caixa líquido proveite (utilizado) nas atividades operacionais</b>	65.902	69.725
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(3.936)	(24.276)
Aquisições de bens do ativo intangível	(95)	(46)
Aplicação Financeira	(208.654)	(278.369)
Resgate de Aplicação Financeira	218.453	290.220
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	5.768	(12.471)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de dividendos	-	(2.467)
Dividendos propostos	(7.673)	(17.720)
Dividendos intercalares	(23.927)	(15.527)
Amortização de dívidas	(24.411)	(20.962)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	(56.011)	(56.676)
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	15.659	578
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	5.473	4.895
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	21.132	5.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Informações gerais**

A Linhares Geração S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade anônima de capital fechado com sede em Linhares, no estado do Espírito Santo. Seu controlador integral é a Linhares Brasil Energia Participações S.A., que por sua vez tem como controlador o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP).

A Sociedade foi constituída em 24 de outubro de 2008, com o propósito de implantar a Unidade Termelétrica (UTE) no município de Linhares. O projeto compreende a implantação e operação de uma usina termelétrica movida a gás natural com capacidade instalada de 204 MW. A Sociedade obteve a licença de operação em 13 de dezembro de 2010, cujo fornecimento de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN) iniciou em janeiro de 2011.

Em 4 de março de 2009, a Portaria MME nº 103 autorizou a Sociedade a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica.

A Sociedade possui 33 contratos de venda de energia por disponibilidade firmados junto a distribuidoras de energia, que garantem à Sociedade receita anual fixa de, aproximadamente, R\$ 86.906 durante o período de 2017 a 2025. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

A Sociedade goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do gás, quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009. No âmbito municipal, houve o acordo com a Prefeitura de Linhares, reduzindo em 50% da alíquota do ISS sobre os serviços prestados à Sociedade na UTE durante a fase de construção.

### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 28 de fevereiro de 2018.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

#### **2.1 Base de preparação**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## **2.4 Instrumentos financeiros**

### ***Classificação e mensuração***

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

### ***Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado***

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

### ***Empréstimos e recebíveis***

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem o contas a receber, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

### ***Valor justo***

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

## **2.5 Contas a receber de clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

## **2.6 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

## **2.7 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

## **2.8 Imobilizado**

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

## **2.9 Intangível**

Compreendem os gastos incorridos com indenizações pagas pela Sociedade pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (servidões), conforme determina a Resolução ANEEL nº 367 de 2009 e 474 de 2012 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

## **2.10 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

**2.11 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**2.12 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**2.13 Demais ativos e passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

**2.14 Debêntures**

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representa seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

**2.15 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

**2.16 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

**2.17 Novas Normas e Interpretação ainda não adotada**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

- **CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

- **CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes** - introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

- **CPC 48 / IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)** - substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

Outras alterações:

- As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
- **Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016** - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- **IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.**  
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **2.18 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado).

## **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### **a. Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros**

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de “impairment”.

#### **4 Reclassificação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo reclassificadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos para a adequação do fluxo de caixa ao CPC 03.18, que parte do lucro líquido do exercício, e não do lucro antes do imposto. Com esse ajuste, afetou diretamente a linha de imposto de renda e contribuição social. A fim de melhorar a apresentação do fluxo de caixa, a Sociedade abriu o saldo de Títulos e Valores Mobiliários.

**A tabela a seguir resume esses impactos:**

	<b>Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016</b>		
	<b>Anteriormente apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reclassificado</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.744	(37.744)	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		28.952	28.952
Caixa proveniente das atividades operacionais	98.022	(11.851)	86.171
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	81.576	(11.851)	69.725
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(24.322)	11.851	(12.471)

#### 4.1 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, originalmente emitidas em 02 de março de 2017, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), para corrigir os valores das reservas de lucro e de incentivos fiscais constituídos incorretamente durante o exercício, conforme demonstrado a seguir:

31 de dezembro e 2017				
Patrimônio líquido	Nota	Publicado	Ajuste e reclassificação	Saldo ajustado
Capital social		110.558	-	110.558
Reserva de capital		10.600	-	10.600
Reserva lucro		19.134	5.740	24.874
Reserva de Incentivos fiscais		30.134	(5.740)	24.394
		170.426	-	170.426
		170.426	-	170.426

## 5 Gestão de risco financeiro

### 5.1 Fatores de risco financeiro

#### a. *Risco de crédito*

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, desta forma acreditamos não haver risco no recebimento dos créditos advindo destes contratos.

#### b. *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debentures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

<b>Vencimentos</b>	
2018	27.042
2019	30.543
2020	30.543
2021	30.543
2022	30.543
2023	30.543
2024	30.545
	210.302
	210.302

**c. Risco de taxas de juros**

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

**d. Valorização dos instrumentos financeiros**

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

**(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

**(ii) Debêntures**

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

**(iii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos.

**5.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de financiamentos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2017	31/12/2016
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>279.714</u>	<u>299.125</u>
Total do patrimônio líquido	<u>170.426</u>	<u>148.985</u>
Índice de alavancagem financeira	1,64	2,00

### 5.3 Instrumentos financeiros por categoria

<b>31/12/2017</b>			
	<b>Recebíveis</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	233	-	233
Títulos e Valores Mobiliários	-	20.899	20.899
Clientes	56.088	-	56.088
	56.321	20.899	77.220
	56.321	20.899	77.220
<b>31/12/2016</b>			
	<b>Recebíveis</b>	<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores		23.578	23.578
Debentures		210.302	210.302
		233.880	233.880
		233.880	233.880
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	5.473		5.473
Títulos e valores mobiliários		9.387	9.387
Clientes	47.211	-	47.211
	52.684	9.387	62.071
	52.684	9.387	62.071
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores		27.631	27.631
Debentures		228.522	228.522
		256.153	256.153
		256.153	256.153

### 5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### **Hierarquia do valor justo**

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

### **5.5 Análise de sensibilidade**

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2017.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	20.899	7,45% 1.557	9,93% 2.075	12,41% 2.594
IPCA	Debêntures	210.302	2,21% 4.648	2,94% 6.183	3,68% 7.739

## **6 Caixa e Equivalente de Caixa**

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	2	2
Banco	231	22
Aplicação Financeira - Corp Plus DI	20.899	5.449
	21.132	5.473

(\*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 possuem liquidez imediata, não possuem vencimentos e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

## 7 Títulos e valores mobiliários

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Certificados de depósitos bancários (*)	-	9.387
	-	9.387
	-	9.387

(\*) As aplicações financeiras são mantidas com bancos de primeira linha, possuem liquidez diária e possuem rentabilidades indexadas ao CDI.

Estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 8 Clientes

Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2016 e de 2017, contabilizada com base no regime de competência.

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Fornecimento de Energia Contratada	44.369	37.843
Disponibilidade	11.553	9.000
Receita de Venda no Mercado	166	368
	56.088	47.211
	56.088	47.211

### **PCLD - Provisão de crédito para Liquidação duvidosa**

Considerando as práticas contábeis e a determinação Manual de Contabilidade do Setor Elétrico do órgão regulador do ramo de energia ANEEL (Agencia Nacional de Energia Eletrica) com a orientação de registro contábil da estimativa de haveres de liquidação duvidosa, adotando critérios de julgamento individuais para os casos difíceis ou improváveis de liquidação, a companhia julga não ser necessário a constituição da PCLD no exercício de 2017.

## 9 Tributos a recuperar

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	3	2
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado (a)	299	618
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (b)	-	1.486
Outros	767	2.001
	1.069	4.107
	1.069	4.107

### **a. Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado**

A Sociedade manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado tem o prazo de 24 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

**b. Credito de PIS e COFINS sobre matéria-prima.**

A Sociedade controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

**10 Estoques**

Corresponde a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Sociedade no valor de R\$ 24.250 (R\$ 21.759 em 31 de Dezembro de 2016).

**11 Serviços em curso**

Nos termos da Lei 9.991/2000, a LGSA está obrigada a investir 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) do setor elétrico, dos quais 40% devem ser direcionados a projetos de P&D segundo os regulamentos da ANEEL.

	31/12/2017	31/12/2016
Projeto Algoritmo	-	576
Projeto CPPT - Biorremediação de Algas	-	2.049
Projeto Dispersão atmosférica de Poluentes	1.722	1.533
Projeto Eficiência de Combustão em Motores - Geco	6.119	5.303
Projeto de Gestão 2017	13	-
	<u>7.854</u>	<u>9.461</u>

## 12 Imobilizado

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 5%, respectivamente.

Em milhares de Reais	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Movéis e utensílios	Veículos	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro 2015</b>	400	82.025	296.224	2.916	1.396	6.976	389.937
Adições	-	127	16.013	132	-	8.003	24.275
Transferência	-	1.844	2.299	(2.300)	-	(1.843)	-
Alienações	-	-	(64)	-	(104)	(15)	(182)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2016</b>	<b>400</b>	<b>83.996</b>	<b>314.472</b>	<b>749</b>	<b>1.292</b>	<b>13.121</b>	<b>414.031</b>
Adições	-	-	1.844	14	-	2.080	3.936
Alienações	-	-	-	(69)	-	-	(69)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2017</b>	<b>400</b>	<b>83.996</b>	<b>316.316</b>	<b>694</b>	<b>1.292</b>	<b>15.201</b>	<b>417.899</b>

## Depreciação acumulada

Em milhares de Reais	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Movéis e utensílios	Veículos	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro 2015</b>	-	12.246	43.903	445	408	-	57.002
Depreciação	-	2.475	9.871	312	274	-	12.932
Transferência	-	-	289	(289)	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	(62)	-	(62)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2016</b>	<b>-</b>	<b>14.721</b>	<b>54.063</b>	<b>468</b>	<b>620</b>	<b>-</b>	<b>69.872</b>
Depreciação	-	2.545	11.151	76	258	-	14.029
Alienações	-	-	-	(50)	-	-	(50)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2017</b>	<b>-</b>	<b>17.266</b>	<b>65.214</b>	<b>494</b>	<b>878</b>	<b>-</b>	<b>83.851</b>
<b>Em 31 de dezembro 2016</b>	<b>400</b>	<b>69.275</b>	<b>260.409</b>	<b>281</b>	<b>672</b>	<b>13.121</b>	<b>344.159</b>
<b>Em 31 de dezembro 2017</b>	<b>400</b>	<b>66.730</b>	<b>251.102</b>	<b>200</b>	<b>414</b>	<b>15.201</b>	<b>334.047</b>

### 13 Intangível

Refere-se a servidões negociadas para instalação da UTE Linhares cuja amortização é limitada ao prazo de concessão e refere-se também a softwares que são depreciados a 20%.

Em milhares de Reais	Servidão	Software	Total
Custo	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2015</b>	<b>3.265</b>	<b>919</b>	<b>4.183</b>
Adições	-	46	46
Transferencia	-	-	-
Alienações	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2016</b>	<b>3.265</b>	<b>965</b>	<b>4.230</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.265	965	4.230
Adições	-	95	95
Alienações	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2017</b>	<b>3.265</b>	<b>1.060</b>	<b>4.325</b>

### Depreciação acumulada

Em milhares de Reais	Servidão	Software	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro 2015</b>	-	200	200
Depreciação	-	165	165
Transferencia	-	-	-
Alienações	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2016</b>	-	<b>365</b>	<b>365</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	365	365
Depreciação	-	207	207
Alienações	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro 2017</b>	-	<b>572</b>	<b>572</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.265</b>	<b>600</b>	<b>3.864</b>
<b>Em 31 de dezembro 2017</b>	<b>3.265</b>	<b>488</b>	<b>3.753</b>

## 14 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Energia	342	339
Óleo	569	395
Manutenção	1.809	2509
Gas Canalizado	18.845	22.003
Outros	2.013	2.385
	<u>23.578</u>	<u>27.631</u>

## 15 Debêntures

Em novembro de 2012, a Sociedade fez a emissão de debentures não conversíveis em ações no montante de 220.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	16.02.2024	511	100	51.100	51.835
2ª série	16.05.2024	522	100	52.200	52.438
3ª série	16.08.2024	538	100	53.800	53.019
4ª série	16.11.2024	629	100	62.900	53.010
		<u>2.200</u>		<u>220.000</u>	<u>210.302</u>

	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	209.835	467	<u>210.302</u>
Circulante				<u>27.042</u>
Não circulante				<u>183.260</u>

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento.

### Vencimentos

2019	30.543
2020	30.543
2021	30.543
2022	30.543
2023	30.543
2024	30.545
	<u>183.260</u>

**a. Movimentação das debentures no período**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Saldo Inicial	228.522	235.166
Adição		
Atualização	6.357	14.336
Juros	15.243	16.396
(-) Dedução		
Amortização do Principal	(24.411)	(20.962)
Juros	(15.409)	(16.414)
	<u>210.302</u>	<u>228.522</u>

**b. Garantias**

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação a conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

***Cláusulas restritivas as debentures***

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2017.

**16 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

**a. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Depreciação do ativo imobilizado	<u>32.871</u>	<u>27.876</u>

**b. Efeitos no resultado:**

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (-) RTT	66.451	37.744
	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	66.451	37.744
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	22.593	12.833
Bônus e gratificações	823	539
Outros	<u>(680)</u>	<u>(276)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	22.736	13.096
Lucro de exploração	<u>(9.326)</u>	<u>(4.304)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>13.410</u>	<u>8.792</u>

**17 Patrimônio líquido**

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 110.558, representada por 11.412.628 ações ordinárias nominativas, integralmente controlada pela Linhares Brasil Energia Participações S/A.

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<u><b>53.041</b></u>	<u><b>28.952</b></u>
Constituição de Reserva Legal (5%)	2.652	1.448
Reservas de Incentivos Fiscais	<u>9.327</u>	<u>4.304</u>
<b>Base de Cálculo dos Dividendos</b>	<u><b>41.062</b></u>	<u><b>23.200</b></u>
Dividendos Intercalares	<u>23.927</u>	<u>15.528</u>
<b>Saldo a Distribuir</b>	<u><b>17.135</b></u>	<u><b>7.672</b></u>

**a. Destinação do resultado**

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Conforme definido pelo estatuto social da Sociedade, qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverá ser autorizado pelos detentores das debêntures. Os dividendos propostos de 2017 no montante de R\$ 23.927 foram pagos no exercício de 2017.

**b. Reserva de capital**

A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de 400.000 ações ordinárias no exercício de 2009.

**c. Reserva legal e de retenção de lucros**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedade por Ações. A reserva de retenção de lucros foi parcialmente utilizada para pagamento de dividendos no montante de R\$ 17.135 em 2017 (R\$ 7.673 em 2016) por meio de aprovação pelo Conselho de Administração conforme definido no estatuto social da Sociedade.

**d. Dividendos intercalares:**

Os dividendos intercalares pagos no exercício 2017 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

	Descrição	Pagamento	Valor
RCA de 22 de Junho de 2017	Dividendos intercalares	jun/17	3.927
RCA de 11 de Agosto de 2017	Dividendos intercalares	ago/17	10.000
RCA de 14 de Dezembro de 2017	Dividendos intercalares	dez/17	<u>10.000</u>
			<u>23.927</u>

**18 Receita líquida**

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilização de energia (Receita fixa)	81.359	76.095
Comercialização de energia (Receita variável)	288.049	241.973
Outras receitas (a)	<u>20.166</u>	<u>12.333</u>
	389.574	330.401
Impostos sobre serviços	(36.076)	(31.137)
Encargos do consumidor	<u>(3.473)</u>	<u>(2.998)</u>
	<u>350.025</u>	<u>296.266</u>

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

## 19 Custos dos serviços prestados

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	16.547	16.188
Administradores	561	872
Material	10.260	12.663
Serviços de terceiros	11.736	13.630
Taxa de fiscalização	522	526
Depreciação	12.479	12.225
Aluguéis	73	53
Compra de Gás e Energia	204.918	167.948
Impostos	640	42
Outros	4	3
	<u>257.740</u>	<u>224.150</u>

## 20 Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	1.974	1.888
Administradores	153	176
Material	111	49
Serviços de terceiros	1.545	1.332
Aluguéis	164	157
Depreciação	1.757	873
Outros	18	2
	<u>5.722</u>	<u>4.477</u>

## 21 Resultado Financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de debentures	(15.242)	(16.396)
Atualização Monetária de debentures	(6.357)	(14.334)
Comissão sobre fiança	(119)	(125)
Outras	(1.232)	(1.836)
	<u>(22.950)</u>	<u>(32.691)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação	1.585	2.305
Outras	72	100
	<u>1.657</u>	<u>2.405</u>
Resultado financeiro líquido	(21.293)	(30.286)

## **22 Honorários dos administradores**

O total pago, no exercício de 2017, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade foi de R\$ 655. No exercício de 2016 o total foi de R\$ 514.

## **23 Contingências**

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

<b>I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável</b>	<b>II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível</b>	<b>III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto</b>
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresentava causas com previsão de perda provável e por isso nenhuma provisão para contingências foi registrada.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade possuía as seguintes causas possíveis:

- a.** Auto de infração da Prefeitura Municipal de Linhares referente a não retenção de ISS sobre os contratos de prestações de serviços, no montante de R\$ 4.081. A Sociedade entende que vem cumprindo com todas as obrigações oriundas de retenção sobre o serviço e apresentou impugnação do respectivo auto de infração, informando as medidas que foram ou vêm sendo tomadas. Portanto em 31 de dezembro de 2017 não foi registrada provisão para contingências decorrente dessa autuação.
- b.** Auto de infração da Construtora Sucesso S/A nas questões da prestação de serviço para Linhares Geração S/A, esto incluído a redução da alíquota dos tributo, bônus de desempenho, serviços extras, custas processuais e honorários de sucumbência totalizando R\$ 3.770. A Sociedade entende que as condições estabelecidas do contrato de prestação de serviço foram atendidas . Portanto em 31 de dezembro de 2017 não foi registrada provisão para contingencias decorrentes dessa autuação.

## 24 Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros era composta de :

<b>Risco</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade Civil	30/06/2017 a 30/06/2018	23.311
Riscos Ambientais	06/09/2017 a 06/09/2018	82.136
Riscos Operacionais	30/06/2017 a 30/06/2018	776.530

\* \* \*

Marcelo Pedreira de Oliveira  
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles  
Contador  
CRC/RJ 09.850/O-0